

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

São José (SC), 11 de janeiro de 2019.

Ilmos. Srs. Diretores da
COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL
Treze de Maio - SC

Concluindo os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício de 2018, encaminhamos o Relatório de Auditoria sobre os exames realizados nos dias 03 a 11 de janeiro de 2019, contendo:

I) Relatório Demonstrações Contábeis

- a) Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
- b) Balanço Patrimonial
- c) Demonstração do Resultado
- d) Mutações do Patrimônio Líquido
- e) Demonstração do Fluxo de Caixa
- f) Notas Explicativas

II) Considerações Finais

Sendo o que se apresenta para o momento, apresentamos nossas,

Cordiais Saudações

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Gerente

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL

TREZE DE MAIO - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COORSEL**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COORSEL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 11 de janeiro de 2019.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL

Av. Sete de Setembro, nº 288 – Treze de Maio – SC–CNPJ nº 86.448.057/0001-73

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018 e 31/12/2017

ATIVO

Descrição	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	10.072.258,93	6.236.703,85
Caixa e equivalentes de caixa	2.964.651,56	1.051.161,21
Caixa	47.900,95	25.538,96
Bancos Conta Movimento	342.267,44	822.717,56
Aplicações no Mercado Aberto	2.574.483,17	202.904,69
Direitos Realizáveis	7.107.607,37	5.185.542,64
Consumidores	4.444.308,65	3.440.502,52
Serviços em curso	922.787,72	677.968,44
Tributos compensáveis	649.035,74	55.611,31
Almoxarifado operacional	232.052,70	203.308,31
Outros ativos circulantes	859.422,56	808.152,06
Não Circulante	19.646.262,90	18.525.447,71
Realizável a Longo Prazo	8.840.916,69	7.950.158,39
Tributos compensáveis	166.609,60	133.208,65
Depósitos judiciais e cauções	163.535,50	163.281,89
Investimentos temporários	214.639,39	327.406,68
Outros ativos não circulantes	8.296.132,20	7.326.261,17
Investimento	290,00	290,00
Bens e ativ. não vinc. à concessão do Ser. Púb. Energia Elétrica	290,00	290,00
Intangível	10.805.056,21	10.574.999,32
Intangível	17.356.121,82	16.530.203,79
(-)Amortização	(6.551.065,61)	(5.955.204,47)
Total do Ativo	29.718.521,83	24.762.151,56

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL

Av. Sete de Setembro, nº 288 – Treze de Maio – SC–CNPJ nº 86.448.057/0001-73

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018 e 31/12/2017
PASSIVO

Descrição	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	5.322.502,00	4.370.892,16
Fornecedores	2.555.793,18	1.214.213,79
Empréstimos, financiamentos e debêntures	192.935,68	264.974,02
Obrigações sociais e trabalhistas	641.875,95	463.271,78
Tributos	935.024,81	553.191,96
Provisão para litígios	222.738,00	252.116,00
Encargos setoriais	593.821,81	563.708,56
Outros passivos circulantes	180.312,57	1.059.416,05
Não Circulante	599.498,62	807.101,50
Empréstimos, financiamentos e debêntures	61.744,09	222.927,06
Provisão para litígios	95.028,35	162.028,35
Obrigações vinc. à concessão do Serv. Púb. de Energia Elétrica	442.726,18	422.146,09
Patrimônio Líquido	23.796.521,21	19.584.157,90
Capital social	2.393.949,92	2.388.131,60
Reservas de capital	11.807.026,43	9.755.978,26
Reserva de Investimentos	15.296,54	15.296,54
Fundo de Reserva	11.109.484,81	9.161.053,37
Fates	402.003,15	299.386,42
Reserva para Investimentos em Geração de Energia	280.241,93	280.241,93
Reservas de Sobras	5.923.609,05	5.491.616,60
Reservas para Contingências Fiscais	466.497,37	466.497,37
Reserva Legal	5.457.111,68	5.025.119,23
Sobras à disposição da Assembleia	3.671.935,81	1.948.431,44
Total do Passivo	29.718.521,83	24.762.151,56

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL

Av. Sete de Setembro, nº 288 – Treze de Maio – SC–CNPJ nº 86.448.057/0001-73

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018 e 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Em Reais	
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
01. Receita Operacional Bruta	36.300.410,28	26.188.154,28
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	26.560.769,58	22.010.263,87
(+) Outros Ingressos e Rendas	9.739.640,70	4.177.890,41
02. Dedução da Receita Bruta	(7.268.783,49)	(6.243.184,93)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(5.892.530,17)	(4.920.500,44)
(-) Encargos do Consumidor	(1.376.253,32)	(1.322.684,49)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	29.031.626,79	19.944.969,35
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(15.555.754,27)	(8.395.450,25)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(15.555.754,27)	(8.395.450,25)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia	13.475.872,52	11.549.519,10
06. Despesas Operacionais	(9.142.396,53)	(9.183.008,55)
(+) Recuperação de Despesas	40.327,43	38.138,59
(-) Pessoal e Administrativo	(4.959.712,29)	(5.035.243,00)
(-) Material	(1.063.655,85)	(970.392,69)
(-) Serviços de Terceiros	(1.783.715,75)	(1.978.326,38)
(-) Depreciações	(836.843,15)	(840.153,46)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(34.430,16)	(47.223,68)
(-) Seguros	(11.400,43)	(22.476,34)
(-) Despesas Tributárias	(25.961,17)	(18.699,06)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(123.791,81)	(119.535,92)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	(10.840,94)	(287.805,93)
(-) Outras Despesas Operacionais	(332.372,41)	98.709,32
07. Resultado Operacional (5+6)	4.333.475,99	2.366.510,55
08. Resultado Financeiro	(13.551,51)	(74.238,27)
(+) Receita de Aplicação Financeira	36.184,11	3.805,12
(+) Outras Receitas Financeiras	85.449,51	99.432,34
(-) Outras Despesas Financeiras	(135.185,13)	(177.475,73)
09. Resultado Operacional (7+8)	4.319.924,48	2.292.272,28
10. Resultado a Ser Destinado (9)	4.319.924,48	2.292.272,28
Resultado Com Cooperados	4.319.924,48	2.292.272,28
11. Destinações Estatutárias	(647.988,67)	(343.840,84)
(-) Reserva Legal 10%	(431.992,45)	(229.227,23)
(-) Fates 5%	(215.996,22)	(114.613,61)
12. Sobras Líquidas do Período (10+11)	3.671.935,81	1.948.431,44

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL

Av. Sete de Setembro, nº 288 – Treze de Maio – SC–CNPJ nº 86.448.057/0001-73

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018 e 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital				Reserva de Contingência	Reserva Legal	Sobras a Disposição da AGO	Total
		Investimentos	Fates	Fundo De Reserva	Geração				
SALDO EM 31/12/2016	2.381.491,59	15.296,54	230.072,11	8.457.633,84	280.241,93	466.497,37	4.795.892,00	703.419,53	17.330.544,91
MUTAÇÕES EM 2017	6.640,01	0,00	69.314,31	703.419,53	0,00	0,00	229.227,23	1.245.011,91	2.253.612,99
Integralização de Capital	6.779,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.779,49
Devolução de Capital	(139,48)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(139,48)
Utilização das Reservas	0,00	0,00	(45.299,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(45.299,30)
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.292.272,28	2.292.272,28
Destinações	0,00	0,00	114.613,61	703.419,53	0,00	0,00	229.227,23	(1.047.260,37)	0,00
SALDO EM 31/12/2017	2.388.131,60	15.296,54	299.386,42	9.161.053,37	280.241,93	466.497,37	5.025.119,23	1.948.431,44	19.584.157,90
MUTAÇÕES EM 2018	5.818,32	0,00	102.616,73	1.948.431,44	0,00	0,00	431.992,45	1.723.504,37	4.212.363,31
Integralização de Capital	5.860,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.860,68
Devolução de Capital	(42,36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(42,36)
Utilização das Reservas	0,00	0,00	(113.379,49)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(113.379,49)
Resultado do Exercício	0,00	0,00	R\$0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.319.924,48	4.319.924,48
Destinações	0,00	0,00	215.996,22	1.948.431,44	0,00	0,00	431.992,45	(2.596.420,11)	0,00
SALDO EM 31/12/2018	2.393.949,92	15.296,54	402.003,16	11.109.484,81	280.241,93	466.497,37	5.457.111,68	3.671.935,80	23.796.521,21

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL

Av. Sete de Setembro, nº 288 – Treze de Maio – SC – CNPJ nº 86.448.057/0001-73

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018 e 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em Reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	4.319.924,48	2.292.272,28
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	4.319.924,48	2.292.272,28
2 - Ajuste Por	(1.239.733,62)	(855.866,58)
Amortização Acumulada	595.861,14	614.295,70
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	(1.003.806,13)	(308.569,50)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(593.424,43)	67.875,26
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	(51.270,50)	(304.579,83)
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(28.744,39)	(14.887,55)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(244.819,28)	(200.472,01)
(Aumento) ou Diminuição de Realizável a Longo Prazo	(890.758,30)	(798.173,76)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	1.341.579,39	(42.521,75)
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	178.604,17	47.564,67
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	381.832,85	(376.420,88)
(Diminuição) ou Aumento de Provisão para Litígios	(29.378,00)	220.600,00
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	30.113,25	(6.816,26)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	(879.103,48)	(90.120,28)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	(67.000,00)	137.000,00
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações por Estimativa	20.580,09	199.359,61
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	3.080.190,86	1.436.405,70
4 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper.	3.080.190,86	1.436.405,70
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(933.479,20)	(538.825,68)
Ativo Intangível	(825.918,03)	(500.166,40)
Integralização de Capital	5.818,32	6.640,01
Utilização das Reservas	(113.379,49)	(45.299,29)
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(233.221,31)	(75.189,57)
(Diminuição) ou Aumento de Empréstimos a Curto Prazo	(72.038,34)	65.203,63
(Diminuição) ou Aumento de Exigível a Longo Prazo	(161.182,97)	(140.393,20)
7 - Variação no Caixa (4+5+6)	1.913.490,35	822.390,45
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	1.913.490,35	822.390,45
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.051.161,21	228.770,76
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	2.964.651,56	1.051.161,21

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL

Av. Sete de Setembro, nº 288 – Treze de Maio – SC – CNPJ nº 86.448.057/0001-73

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural – COORSEL**, é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a **COORSEL** está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas

No decorrer do exercício social de 2017, a **COORSEL** realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO – REGULARIZAÇÃO JUNTO A ANEEL

A Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural – COORSEL, detém a permissão por prazo determinado de 20 anos, válida até 28 de novembro de 2028, conforme contrato nº 026/2008 - ANEEL de 28 de novembro de 2008, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Treze de Maio, Tubarão, Pedras Grande e Orleans todos no Estado de Santa Catarina.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, observadas as disposições da legislação cooperativista. Historicamente as cooperativas observam a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ação na preparação de suas demonstrações contábeis, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades, contemplando os efeitos referentes à classificação das contas no balanço e ao conjunto de demonstrações contábeis trazidos pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº 604/2014 conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados. Sendo assim, o entendimento da COORSEL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

A Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural- Coorsel, apresenta no encerramento do exercício de 2016 as demonstrações contábeis societárias e regulatórias, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Resolução ANEEL nº 604/2014, interpretação técnica NBC T 10.8 - IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

▪ **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

▪ **Consumidores**

Engloba o fornecimento de energia faturada até 31 de dezembro, contabilizado com base no regime de competência.

▪ **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

▪ **Estoque**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, igualmente registrado pelo custo médio.

▪ **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

▪ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a resolução normativa 367/2009.

▪ **Intangível**

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

▪ **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são contabilmente reconhecidas pelo regime de competência.

▪ **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos financeiros circulantes e não circulante estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

▪ **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes não afetem substancialmente o resultado.

▪ **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

▪ **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

▪ **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela COORSEL, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30, aprovada pela Resolução 1.187/09 do Conselho Federal de Contabilidade.

▪ **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Não existe consumidor que representa 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

▪ **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes:

Em Reais

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	2.575.862,75	25.538,96
Bancos Conta Movimento	343.267,44	822.717,56
Aplicações Financeiras	45.521,37	202.904,69
TOTAL GERAL	2.964.651,56	1.051.161,21

NOTA 06 – BANCOS CONTA MOVIMENTO

Os saldos referentes às contas de movimentação financeiras nos exercícios de 2018 e 2017 estão a seguir demonstrados:

Em Reais

Instituição Financeira	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil S/A	169.341,50	618.168,97
Caixa Econômica Federal S/A	47,46	98.930,17
Banco do Brasil S/A	46.843,30	2.944,04
Banco Itaú	386,75	386,75
SICOOB	125.648,43	102.287,63
TOTAIS	342.267,44	822.717,56

NOTA 07 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Os saldos referentes às contas de aplicações financeiras nos exercícios de 2018 e 2017 estão a seguir demonstradas:

Em Reais

Instituição Financeira	31/12/2018	31/12/2017
Caixa Econômica Federal	411.740,26	202.904,69
Banco Bradesco S/A	2.162.742,91	0,00
TOTAIS	2.574.483,17	202.904,69

NOTA 08 – CONSUMIDORES

Os saldos referentes aos créditos de faturas a receber vencidas e a vencer nos exercícios de 2018 e 2017 estão a seguir demonstradas:

Em Reais

Consumidor	31/12/2018				31/12/2017
	Vincendos	Atraso Até 90 Dias	Atraso Igual ou Superior a 90 Dias	Total	
Residencial	430.076,99	167.859,77	50.452,83	648.389,59	621.330,25
Comercial	124.547,68	51.044,86	3.764,74	179.357,28	184.688,84
Industrial	235.821,62	660.413,41	97.762,27	993.997,30	504.759,74
Rural	959.286,45	324.288,78	16.784,72	1.300.359,95	1.161.231,85
Poder Público	31.084,85	272,81	23.398,00	54.755,66	50.792,04
Ilum. Pública	383,05	0,00	178.817,77	179.200,82	179.293,04
Serviço Público	4.980,78	0,00	0,00	4.980,78	36.728,13
Não Faturado	1.183.033,88	0,00	0,00	1.183.033,88	893.467,51
Total	2.969.215,30	1.203.879,63	370.980,33	4.544.075,26	3.632.291,40

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSO

Contempla registros relativos a Ordens em Curso em andamento referentes PEE e Instalações internas no valor de R\$ 922.787,72 (novecentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos) em 2018 e de R\$ 677.968,44 (seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos) em 2017.

NOTA 10 - OUTROS CRÉDITOS

Os saldos referentes aos demais créditos pendentes de recebimento, nos exercícios de 2018 e 2017, estão a seguir demonstradas:

Descrição	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	43.675,44	14.761,27
Desativações em curso	24.443,72	59.935,75
Subvenção CDE a Receber	695.408,83	707.712,97
Pgto Adiantado Proinfra	32.978,24	0,00
DMR - Ciclo 2013	0,00	3.723,83
Parcelamento	4.559,94	5.726,17
Despesas Antecipadas	10.494,97	16.266,07
Demais Ativos Regulatórios	47.861,42	0,00
Outros	0,00	26,00
TOTAIS	859.422,56	808.152,06

NOTA 11 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605/2014, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Descrição	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
❖ Residencial	50.650,32	52.588,57
❖ Comercial	3.223,06	3.909,89
❖ Industrial	98.225,45	105.908,77
❖ Rural	15.302,56	16.764,89
❖ Poder Público	23.414,51	23.414,51
❖ Iluminação Pública	180.263,16	180.263,16
TOTAIS	371.079,06	382.849,79

NOTA 12 – ESTOQUES

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, igualmente registrados pelo custo médio no valor de R\$ 232.052,70 (duzentos e trinta e dois mil, cinqüenta e dois reais e setenta centavos) em 2018 e de R\$ 203.308,31 (duzentos e três mil, trezentos e oito reais e trinta e um centavos) em 2017.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

NOTA 13 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

As principais rubricas que compõem o Ativo Não Circulante contemplam o seguinte:

- a) IR a Compensar Tributado na Fonte no valor de R\$ 67.715,17 (sessenta e sete mil, setecentos e quinze reais e dezessete centavos);
- b) ICMS a Compensar do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 98.894,43 (noventa e oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos) em 2018 e de R\$ 65.493,48 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos) em 2017;
- c) Depósitos Judiciais Vinculados a Litígios, em sua maioria refere-se a fornecimento de energia ao Poder Público Municipal, no valor de R\$ 163.535,50 (Cento e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).
- d) Títulos e Valores Mobiliários a vencer a mais de 360 dias valor de R\$ 214.639,39 (duzentos e quatorze mil, seiscentos e trinta e nove reais e trinta e nove centavos) em 2018 e R\$ 327.406,68 (trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e oito centavos) em 2017.

- e) Levantamento das aquisições de bens do almoxarifado, no período de 01/01/2007 a 31/12/2011, sendo constatado através de relatório de auditoria, que houve para o período em questão aquisições de bens em valores acima do praticado pelo mercado. Desta forma foi constatado que seu ativo estava superavaliado em R\$ 1.555.693,42. Este valor foi atualizado pelo índice do IPCA ficando em R\$ 3.433.878,10. Dado o fato, foram efetuados ajustes na conta do imobilizado "Máquinas e Equipamentos" no valor de R\$ 3.433.878,10 e R\$ 1.662.165,97, este último relativo à depreciação do valor ajustado, sendo que estes valores encontram-se registrados em contas do não circulante - Longo Prazo, no grupo "Outros Devedores":

Descrição	31/12/2017
Valor Histórico	3.433.878,10
(-) Depr. Acumulada Valor Histórico	(1.662.165,97)
Saldo	1.771.712,13

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

Os saldos referentes às contas de investimentos nos exercícios de 2018 e 2017 estão a seguir demonstradas:

Descrição	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Não Vinculadas a Concessão		
❖ CREDELESC	240,00	240,00
❖ SICOOB	50,00	50,00
TOTAIS	290,00	290,00

NOTA 15-INTANGÍVEL

A partir de 2010, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. Onde:

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

"De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos."

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços público.

Em Reais

Contas	Total	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido	Líquido
	Inicial 2017			Acumulada	2018	2017
Distribuição						
Em Serviço						
Intangíveis	80.794,55	-	-	(80.794,55)	0,00	-
Terrenos	-	96.936,98	96.936,98	-	0	-
Edificações	741.382,46	90.055,52	73.197,54	(64.976,90)	693.263,54	682.926,49
Máq. e Equip.	12.449.249,28	10.112.612,63	9.503.075,90	(5.237.345,76)	7.821.440,25	7.659.372,35
Veículos	1.363.648,32	5.499,31	5.499,37	(869.407,23)	494.241,03	603.740,77
Móveis e Utensílios	23.790,79	-	-	(16.603,74)	7.187,05	8.353,93
Material em Depósito	205.020,85	2.145.198,27	1.947.613,44	-	402.605,68	205.020,85
Total	14.863.886,25	12.450.302,71	11.626.323,23	-6.269.128,18	9.418.737,55	9.159.414,39
Administração						
Em Serviço						
Terrenos	-	3.148,01	3.148,01	-	-	-
Edificações	1.267.258,14	-	16.539,62	-	1.250.718,52	1.267.258,14
Máq. e Equip.	178.126,94	20.815,40	3.767,17	(125.555,81)	69.619,36	64.008,45
Veículos	152.868,90	-	-	(119.350,10)	33.518,80	49.202,89
Móveis e Utensílios	68.063,56	3.872,62	2.442,68	(37.031,52)	32.461,98	35.115,45
Total	1.666.317,54	27.836,03	25.897,48	-281.937,43	1.386.318,66	1.415.584,93
Total Geral	16.530.203,79	12.478.138,74	11.652.220,71	-6.551.065,61	10.805.056,21	10.574.999,32

As principais taxas anuais de depreciação por tipo de unidade de cadastro determinadas pela Resolução Aneel nº. 674 de 02/06/2009 são as seguintes:

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores - tensão < 69 kV	6,67%
Chave de distribuição - tensão < 69 kV	6,67%
Condutor do sistema -tensão< 69 kV	3,57%
Estrutura do sistema -tensão< 69 kV	3,57%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Regulador de tensão igual ou superior 69 KV	3,45%
Regulador de tensão inferior 69 KV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de distribuição Aéreo	4,00%
Edificação	3,33%
Veículos Uso Adm e Operacional	14,29%
Equipamento geral	6,25%

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

A resolução ANEEL nº691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a retornos ao doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da permissão.

A Coorsel não possui tais contribuições em função de que às redes de distribuição foram financiadas com recursos de associados mediante subscrição e integralização de capital. A partir da publicação do contrato passou a obedecer ao disposto na Resolução nº 456/2000, revogada pela Resolução nº 414/2010 e atualizada pela 604/2014, calculando a participação financeira do consumidor na forma estabelecida pela Resolução normativa nº 250/2007.

Redução ao valor recuperável –Impairment

O conselho de administração observando o disposto na resolução normativa nº 367/2009, alterada pela resolução nº 1.329/2011 e 674/2015 que instituiu o MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, resolve não promover *impairment* dos bens constantes do ativo imobilizado conforme NBC TG 01 aprovada pela Resolução 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade alterada pela resolução nº 1.329/2011.

A recuperabilidade dos ativos está garantida no contrato de permissão quando do rompimento ou encerramento deste.

NOTA 16 – FORNECEDORES

A conta de Fornecedores é composta substancialmente pelas obrigações da cooperativa junto a fornecedores diversos de materiais e serviços sendo o seu maior fornecedor as Centrais de Energia Elétrica de Santa Catarina, no valor de R\$ 2.555.793,18 (Dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e noventa e três reais e dezoito centavos) em 2018 e de R\$ 1.214.213,79 (um milhão, duzentos e quatorze mil, duzentos e treze reais e setenta e nove centavos) em 2017.

NOTA 17 – FOLHA DE PAGAMENTO

Os saldos referentes ao grupo de obrigações com funcionários e os encargos sociais, nos exercícios de 2018 e 2017 estão a seguir demonstradas:

	Em Reais	
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Folha de Pagamento Líquida	184.585,60	106.568,17
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Folha	119.806,58	42.981,86
Consignação em Favor da Concessionária e ou Terceiros	2.849,38	7.065,63
TOTAIS	307.241,56	156.615,66

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

NOTA 18 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Os saldos referentes aos tributos federais estaduais e municipais, nos exercícios de 2018 e 2017, estão a seguir demonstradas:

Descrição	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Impostos		
INSS Empresa a Recolher	268.741,15	162.096,04
IRRF a Recolher	1.709,05	690,96
FGTS a Recolher	60.640,58	45.165,49
ISS a Recolher	600,26	67,61
PIS a Recolher	7.534,40	5.645,66
Parcelamento de ICMS	595.202,54	339.080,26
PIS-COFINS-CSSL a Pagar (4,65%)	596,83	445,94
TOTAIS	935.024,81	553.191,96

NOTA 19 - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CURTO PRAZO

Os saldos referentes às obrigações com instituições financeiras, nos exercícios de 2018 e 2017 estão a seguir demonstradas:

Descrição	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil - 00510	41.106,13	37.944,12
Banco Bradesco - Op. Capital de Giro nº010349643	102.308,85	166.171,85
Banco Bradesco - Cédula N°:004.168.993- Fiat Strada	16.138,81	27.841,87
Banco Bradesco - N° Contrato: 6003140 - Caminhão	22.725,85	22.725,85
Banco Bradesco - N° Contrato: 6004710 - Carroceria	1.887,47	1.887,47
Banco Bradesco - N° Contrato: 6004703-GUINDASTE	8.768,57	8.402,86
TOTAIS	192.935,68	264.974,02

NOTA 20-OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

As rubricas "Consumidores e Outros Credores" são compostas substancialmente de créditos de associados e não associados com a cooperativa e pelas obrigações da cooperativa junto a entidades de utilidade pública ou beneficente para repasse de mensalidades cobradas através da conta de energia elétrica. Sendo o valor de R\$ 180.312,57 (cento e oitenta mil, trezentos e doze reais e cinquenta e sete centavos) em 2018 e de R\$ 120.548,56 (cento e vinte mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) em 2017.

NOTA 21 - OBRIGAÇÕES POR ESTIMATIVA

Os saldos referentes ao grupo de obrigações estimadas com funcionários e os encargos sociais, nos exercícios de 2018 e 2017 estão a seguir demonstradas:

Discriminação	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Provisão Para Férias	334.634,39	306.656,12
Consignação em favor da Concessionária/Terceiros	2.849,38	7.065,63
TOTAIS	337.483,77	313.721,75

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

NOTA 22 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS

As contingências com processos judiciais de indenizações encontram-se provisionadas no montante de R\$ 209.738,00 (duzentos e nove mil, setecentos e trinta e oito reais) julgados suficientes à cobertura de eventuais desembolsos.

Em Reais

Descrição	31/12/2018	Prognóstico Jurídico
Processo nº0010068-03.2015.5.12.0006	31.000,00	Provável
Processo Trabalhista	23.622,00	Provável
Processo nº562492017512003	65.000,00	Provável
Processo nº0301064-29.2018.8.24.0282	2.000,00	Provável
Processo nº0301969-68.2017.8.24.02.82 -	2.000,00	Provável
Processo nº030033-72.2014.8.24.02.82 -	1.000,00	Provável
Processo nº0301211-90.2018.8.24.0044 -	1.000,00	Provável
Processo nº0300091-12.2018.8.24.00.44	4.000,00	Provável
Processo nº030075-58.2018.8.24.0044 -	1.000,00	Provável
Processo nº0301119-19.2018.8.24.0075	1.000,00	Provável
Processo nº0300083-10.2016.8.24.0075-	3.000,00	Provável
Processo nº0305996-07.2015.8.24.00.75-	75.000,00	Provável
Processo nº0300769-31.2014.8.24.0282-	5.000,00	Provável
Processo nº0305996-07.2015.8.24.0075-	3.000,00	Provável
Processo nº0301293-23.2017.8.24.0282-	1.000,00	Provável
Processo nº0301278-60.2015.8.24.0044-	4.116,00	Provável
TOTAIS	222.738,00	

NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS

É composta por valores referentes a Encargos do Consumidor a Recolher, recursos da Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética – PEE entre outros no valor de R\$ 593.821,81 (quinhentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos) em 2018 e de R\$ 563.708,56 (quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos) em 2017.

Em Reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D	117.971,17	117.971,17
PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	272.875,92	272.875,92
CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE	144.109,31	109.302,57
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE	5.264,09	4.917,49
DEMAIS ENCARGOS SETORIAIS	53.601,32	58.641,41
TOTAIS	593.821,81	563.708,56

NOTA 24-EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

Os saldos referentes às obrigações com instituições financeiras, nos exercícios de 2018 e 2017 estão a seguir demonstradas:

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Em Reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil - 00510	0,00	41.106,05
Banco Bradesco - Op. Capital de Giro nº010349643	0,00	89.600,20
Banco Bradesco - Nº Contrato: 6003140 - Caminhão	41.955,60	62.933,40
Banco Bradesco - Nº Contrato: 6004710 - Carroceria	3.629,41	5.371,77
Banco bradesco - Nº Contrato: 6004703-GUINDASTE	16.159,08	23.915,64
TOTAIS	61.744,09	222.927,06

NOTA 25-PROVISÕES PARA LITIGIOS

As contingências com processos judiciais trabalhistas encontram-se provisionadas no montante de R\$ 95.028,35 (noventa e cinco mil, vinte e oito reais e trinta e cinco centavos) julgados suficientes à cobertura de eventuais desembolsos.

NOTA 26-CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal

As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN – SRF n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN – SRF n.º 358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999. Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não-cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados da base de cálculo do tributo.

Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, a Secretaria de Receita Federal lavrou auto de infração, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de 2000 a 2003. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

A cooperativa interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo, nos moldes do IRPJ e da CSLL, segundo disposições da Lei 5764/71 – Lei Cooperativista, não reconhecendo como devido o tributo.

A administração da cooperativa, embasada no parecer de seu representante jurídico, entende não ser necessária provisão, tendo em vista prognóstico de possível perda.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

NOTA 27 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Os saldos referentes às obrigações vinculadas ao serviço público, nos exercícios de 2018 e 2017 estão a seguir demonstradas:

Descrição	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Participação Financeira do Consumidor	6.860,27	6.860,27
Doações e Subvenções	268.629,49	230.113,88
Valores Pendentes de Recebimento	167.236,42	185.171,94
TOTAIS	442.726,18	422.146,09

NOTA 28 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Capital Social Integralizado está representado pela participação de 11.175 (onze mil cento e setenta e cinco) associados, atingindo o montante de R\$ 2.393.949,92 (dois milhões, trezentos e noventa e três mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

b) Das Reservas

Discriminação	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de Capital		
Reservas para Investimentos	15.296,54	15.296,54
FATES	402.003,15	299.386,42
Fundo de Reserva	11.109.484,81	9.161.053,37
Reserva para Geração de Energia Elétrica	280.241,93	280.241,93
Reserva de Sobras		
Reservas para Contingências Fiscais	466.497,37	466.497,37
Reserva Legal	5.457.111,68	5.052.119,23
TOTAIS	17.730.635,48	15.274.594,86

c) Do Resultado

A Lei nº 5.764/71, em seu art. nº 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após, constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em assembleia geral.

Discriminação	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Operacional	4.319.924,48	2.292.272,28
Resultado a Ser Destinado	4.319.924,48	2.292.272,28
Destinações Estatutárias	(647.988,67)	(343.840,84)
(-) Reserva Legal 10%	(431.992,45)	(229.227,23)
(-) Fates 05%	(215.996,22)	(114.613,61)
Sobrasa Disposição da AGO	3.671.935,81	1.948.431,44

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

NOTA 29 – SEGUROS

Em Reais

Descrição do Bem Veículos - Frota	Placa do Veículo	Vigência Seguro	Importância Segurada
M.BENZ/L 1218	LXP-4245	27/01/2018 à 27/01/2019	100.000,00
M.BENZ/L 1313	MAC-9722	27/01/2018 à 27/01/2019	100.000,00
FORD/F350GTERRITÓRIO 4X4	MDV-7104	MENSAL	100.000,00
FORD CARGO 816 E TB	QIR-1261	19/01/2018 à 19/01/2019	300.000,00
M BENZ/ATEGO 1725	MHJ-8139	27/01/2018 à 27/01/2019	200.000,00
FIAT/STRADA WORKING	QHM-2349	MENSAL	100.000,00
FIAT/STRADA WORKING 1.4 MPI FIRE	QIR-5510	11/01/2018 à 11/01/2019	300.000,00
FIAT/STRADA WORKING	QHM-4729	MENSAL	70.000,00
FIAT/STRADA WORKING	QHM-5299	MENSAL	70.000,00
FIAT/PALIO FIRE WAY	QHM-4529	MENSAL	70.000,00
FIAT/PALIO FIRE WAY	QHM-4669	MENSAL	70.000,00
FIAT/PALIO FIRE WAY	QHM-4619	MENSAL	70.000,00
WV SAVEIRO STARTLINE	QHF-6860	MENSAL	70.000,00
TOYOTA HILUX CS4X4CHAS TDI	QIC-6214	27/02/2018 à 27/02/2019	100.000,00
TOYOTA HILUX CD4X4 SR	MJA-2246	10/07/2018 à 10/07/2019	200.000,00
I/TOYOTA HILUX CS4X4CHAS	MHM-2419	MENSAL	200.000,00
SEGURO PREDIAL		06/06/2018 à 09/06/2019	2.000.000,00

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

II - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessário na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigentes.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.



Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012